

APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p3-7>



A proposta deste dossiê temático é realizar um balanço histórico e historiográfico do Golpe Civil-Militar de 1964. Propomos discutir a participação dos diversos atores e suas responsabilidades no processo que culminou no golpe e nos desdobramentos posteriores, marcados por uma longa e violenta ditadura militar. Nos últimos anos, observa-se uma ressurgência da narrativa, já adotada em 1964, que retrata os militares como "salvadores da pátria". Essa narrativa relativiza e justifica o golpe e suas consequências.

Na contemporaneidade, além da competição entre memória e história, percebemos um processo deliberado de falsificação da memória e ataques à história. Essa reconstrução distorcida de uma memória conveniente para determinados grupos contribui para o aumento das tensões e fortalece a narrativa de que a luta contra o comunismo em 1964 foi necessária.

Resta saber se essa narrativa continuará sendo usada como pretexto para novos golpes, e se estaremos sempre lidando com os velhos fantasmas sob novas roupagens.

Dessa forma, apresentamos uma seleção de artigos que abordam esses temas e que podem enriquecer o debate.

O primeiro deles, intitulado "Entre protagonistas e coadjuvantes: abordagens contemporâneas sobre a participação de civis no golpe de 1964 e na ditadura no Brasil", de Martina Spohr, propõe uma reflexão com base em estudos historiográficos recentes sobre a nomenclatura do golpe e do regime. Três questões principais serão abordadas: o avanço das pesquisas sobre empresariado e classes trabalhadoras nesse contexto, seu impacto na compreensão da participação civil e sua influência na nomenclatura do golpe

e do regime empresarial-militar. Além disso, o artigo propõe um recorte metodológico para interpretar os protagonistas e coadjuvantes do processo, visando a complexificar a análise dos grupos envolvidos e justificar a escolha da adjetivação "empresarial-militar" para o golpe e o regime, pensando a nomenclatura de forma estrutural e conceitual.

Na sequência, o artigo de Fernando da Silva Cardoso e Ana Luísa Ferreira da Silva – “Exemplo de luto, resistência e parresia: a trajetória de Mércia Albuquerque no caso da família Mata Machado na ditadura militar brasileira” - analisa o papel de Mércia Albuquerque Ferreira na defesa da família Mata Machado durante a ditadura militar brasileira, utilizando os conceitos de parresia de Michel Foucault e desobediência de Judith Butler, o artigo ressalta a fragilidade ética do direito no contexto ditatorial e a resistência não violenta de Mércia.

O terceiro artigo, “Lucía Tosi: Gênero, Ciência e Exílio”, de Carolina Queiroz, Letícia dos Santos Pereira e Indianara Silva, aborda a história negligenciada de Lucia Tosi, uma cientista brasileira exilada após o golpe militar de 1964. Durante seu exílio na França, Tosi foi uma das fundadoras do *Grupo Latinoamericano de Mujeres en Paris* e contribuiu para publicações sobre estudos de gênero e ciência no boletim *Nosotras*. O artigo discute sua atuação no grupo com base em textos que ela escreveu, destacando sua perspectiva sobre as relações entre gênero, ciência e política durante o exílio causado pela Ditadura Militar no Brasil.

Em seguida o artigo de Sílvia Brandão, intitulado “Um território denominado Brasil: velhas violências, novas roupagens e memórias ativadoras de existências outras”, aborda a conexão entre violências coloniais, ditatoriais e o lado sombrio da democracia moderna. Destaca-se o papel da memória em desmascarar falácias como a teoria dos dois demônios e a suposta democracia racial. Além disso, são discutidos os tensionamentos entre memória, história e justiça, e as conexões entre brutalidades fundadoras e democráticas. Propõe-se a inter-relação das memórias de diferentes grupos como uma forma de resistência ao individualismo contemporâneo e para promover existências solidárias e antirracistas.

O texto “Ditadura Militar Brasileira (1964-1985): Memórias traumáticas de uma dor que não passa”, escrito por Gláucia Celeste Frota Gumes e Livia Diana Rocha Magalhães, discute as consequências da ditadura militar sobre

familiares de presos, perseguidos e desaparecidos políticos. Três mulheres que perderam familiares durante esse período são destacadas, evidenciando os impactos emocionais, físicos e sociais dessas perdas. Utilizando entrevistas abertas, discute-se a construção da memória individual-coletiva diante da violência estatal, ressaltando a persistência dos traumas até hoje. Argumenta-se pela necessidade de políticas públicas de assistência aos afetados e pela continuidade da visibilidade dessas memórias.

No artigo “Trauma, Verdade e Justiça de Transição Negociada: analisando os casos chileno, sul-africano e brasileiro”, Barbara Goulart e Matheus Vitorino, comparam os processos de Justiça de Transição negociada no Chile, África do Sul e Brasil, destacando diferenças e semelhanças entre eles. Examina-se o impacto dessas abordagens no contexto brasileiro, argumentando que a negociação da justiça transicional não é suficiente para explicar o esquecimento da ditadura. Destaca-se a importância da instalação tardia de comissões da verdade no Brasil, enfatizando seu papel na formulação do trauma cultural e na abordagem dos eventos do regime militar.

O artigo de Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira, “Violência Insurgente e outras questões: A esquerda armada no Brasil durante a ditadura (1964-1985)”, aborda a atuação das esquerdas armadas no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985), debatendo pontos polêmicos da historiografia do tema. Em particular, concentra-se na questão da violência insurgente como meio para derrubar a ditadura e iniciar uma revolução brasileira.

Fernando Seliprandy em seu texto, intitulado “Publicidade oficial, patriotismo alusivo: filmetes da Aerp nos 150 anos da Independência do Brasil (1972)”, examina como a ditadura brasileira foi promovida como um produto aceitável por meio de curtas-metragens produzidos pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (Aerp), focando no tema do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Revela-se o uso de técnicas publicitárias e parcerias com o mercado criativo para forjar um patriotismo superficial. Conclui-se que essa colaboração promoveu uma transição da propaganda oficial para a publicidade oficial, alinhada com o desenvolvimentismo autoritário.

Finalmente, o artigo intitulado “Imprensa imparcial versus Imprensa formadora de opinião? A construção histórico-discursiva do Jornal Folha de S. Paulo sobre a sua atuação como grande imprensa na ditadura civil-militar

brasileira”, de Cynthia Adrielle da Silva Santos e Alessandra Costa, analisa a construção histórico-discursiva do jornal *Folha de S. Paulo* durante a ditadura civil-militar brasileira, com base em 7.021 editoriais publicados entre janeiro de 1961 e dezembro de 1988. Por meio das estratégias discursivas de nomeação, predicação, argumentação, representação e intensificação, observa-se uma oscilação entre duas construções discursivas aparentemente opostas: Imprensa imparcial *versus* Imprensa formadora de opinião. Isso demonstra o papel significativo da imprensa como ator político, sempre influenciado pelo contexto histórico e pelos interesses empresariais.

A Revista Projeto História apresenta, em seguida, artigos livres que abordam temas afins à proposta do dossiê temático.

O primeiro deles, intitulado “O duplo nó do racismo: Lélia Gonzalez como intérprete da historiografia”, de Rafael Petry Trapp e Marcello Felisberto Moraes de Assunção, analisa a contribuição intelectual de Lélia Gonzalez para o campo da História, destacando suas críticas às interpretações tradicionais da historiografia. O texto mostra como Gonzalez utiliza uma perspectiva interseccional, considerando a “tripla opressão”, para reinterpretar a História.

O segundo artigo livre, “Petelecos na FPN”: O Globo contra a Frente Parlamentar Nacionalista”, de Guilherme Ribeiro, analisa a cobertura de *O Globo* sobre a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a primeira experiência suprapartidária do Brasil, ativa entre 1956 e 1964.

Glauber Cícero Ferreira Biazo, apresenta o texto “A produção teórica de conhecimento em História Oral: diálogos possíveis entre Alessandro Portelli e José Carlos Sebe Bom Meihy”, que propõe uma reflexão sobre os significados da produção de conhecimento teórico em história oral, com base em obras de Alessandro Portelli e José Carlos Sebe Bom Meihy. O objetivo é discutir diferenças e semelhanças entre seus textos sobre as relações entre história e memória, visando elaborar uma hipótese que destaque a importância de ambos na análise da memória narrativa e suas conexões com a formação de identidades, constituindo um campo teórico em história oral. O estudo busca compreender como a memória narrativa é utilizada pelos autores como fonte documental.

O artigo seguinte intitulado “Martin Luther King Jr.: as raízes de uma luta contra o racismo”, de César Martins de Souza, analisa discursos de Martin

Luther King, com o objetivo de entender o impacto de sua teologia negra na luta pelos direitos civis dos afro-americanos.

Na sequência, o texto “‘Nem é bom falar nisso’: correrias, reduções o catarrão na reocupação dos territórios indígenas no Acre, (1869 a 1955)” de Daniel da Silva Klein, investiga a reocupação dos territórios indígenas que se tornariam parte do futuro estado do Acre, Brasil, entre 1869 e 1955, com foco nos vales dos rios Juruá, Tarauacá-Envira e Purus. Examina como os povos indígenas lidaram com os desafios dessa reocupação, incluindo correrias, reduções catequéticas e doenças introduzidas pelo avanço da civilização. Utilizando fontes primárias como jornais da época, relatórios governamentais e pesquisas contemporâneas, além de bibliografias especializadas, o artigo oferece uma narrativa analítica dos problemas enfrentados pelos indígenas, especialmente com o avanço dos seringais em suas terras.

Fechando o presente número da revista, temos a resenha intitulada “O jornal como experiência polifônica: métodos e compreensão histórica da fonte”, de Edinei Pereira Silva, que analisa o livro “O Jornal como fonte histórica.” de José D’Assunção Barros, que foi publicado, em 2023, pela Editora Vozes.

Carla Reis Longhi

Luiz Antonio Dias